

# Titulação quilombola:

## uma dívida histórica do Estado brasileiro

**No atual ritmo, Brasil levará 2.188 anos para titular todos os territórios quilombolas com processos no Incra.**

Caso o Estado brasileiro mantenha o atual ritmo de regularização fundiária dos territórios quilombolas serão necessários 2.188 anos para titular integralmente os 1.802 processos abertos no momento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Caso sejam consideradas também as titulações parciais dos territórios quilombolas com processos na autarquia federal, o tempo necessário é de 1.156 anos. É o que aponta levantamento realizado pela Terra de Direitos.

Em 34 anos, desde que o direito ao território tradicional quilombola foi reconhecido na Constituição Federal de 1988, apenas 54 territórios foram titulados (parcial ou total) pelo Incra, órgão federal responsável pela regularização fundiária quilombola. Destes 54 territórios, 24 possuem títulos totais, ou seja, referente à todo território. O dado não contabiliza processos de regularização fundiária quilombola de atribuição de estados e municípios ou de comunidades que não tiveram certificação da Fundação Palmares e, portanto, não deram entrada no processo administrativo no Incra. (Veja infográfico abaixo).

Dos 54 territórios titulados pelo Incra, 30 são titulações parciais, ou seja, o título compreende apenas parte da área do território a que uma comunidade quilombola tem direito reconhecido pelo Estado brasileiro. Em 11 destes 30 territórios com titulação parcial o título refere-se a menos de 15% da área total de direito. É o caso do território tradicional Brejo dos Negros, localizado em Brejo Grande (SE), que detém o título de apenas 0,24% do território apontado no processo administrativo.

Com uma desigual estrutura fundiária marcada pela racialização do acesso à terra, a violação do direito ao território tradicional para as comunidades negras rurais e urbanas com identidade própria que lutam há séculos pela terra têm sido uma constante pelo Estado brasileiro. Ainda que assegurado na Constituição Federal,

regulamentado pelo Decreto 4.887/2003 e com atribuições definidas aos diferentes órgãos de governo, a conclusão de um processo de titulação quilombola dos territórios tradicionais pelo Incra costuma levar muitos anos, mesmo décadas.

### Tempo para titular a totalidade dos territórios quilombolas com processos abertos no Incra

\*Processos abertos na autarquia federal.

 **1.802** Processos de titulação abertos no Incra

 **54** Territórios quilombolas já titulados em 34 anos\*

 Tempo para titular integralmente os territórios quilombolas: **2.188 anos**

\*O número de 53 territórios quilombolas titulados (parcial e integral) contabiliza os 45 títulos emitidos pelo Incra, 2 de competência da Secretaria de Patrimônio da União (com envolvimento do Incra) e mais 6 territórios titulados antes de publicação do Decreto 4.887/2003 (entre 1988 a 2002 foram titulados 6 territórios quilombolas).

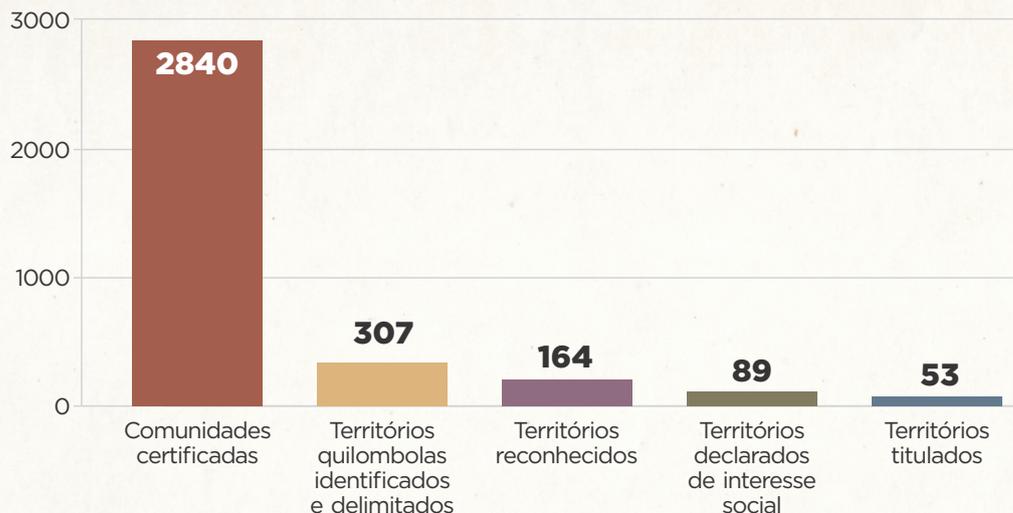
Fonte: Incra / Atualização 06/04/2023

Seu Martinho dos Santos Menezes, da comunidade quilombola Suribiu-Açú (PA).  
Foto: Diego Pérez



## Territórios quilombolas com etapas concluídas no processo de regularização fundiária quilombola

Status: Maio/2023



Ao observar o avanço na conclusão das seis etapas necessárias para um território quilombola ter o título emitido, é possível identificar como poucos processos abertos no Incra chegam à etapa final. De acordo com dados do Incra 2.849 comunidades foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares - etapa inicial, de autoreconhecimento pela comunidade. As etapas seguintes, de atribuição da autarquia federal, apresentam números bem menores. Apenas 307

territórios quilombolas foram identificados e delimitados (publicação do RTID), 164 foram reconhecidos por decreto, 89 declarados de interesse social (publicação de portaria) e apenas 47 foram titulados (pós publicação Decreto 4.887/2003). Somado os 06 territórios titulados entre o período anterior à publicação do Decreto (período de 1988 a 2003), o país contabiliza apenas 53 territórios com título integral ou parcial. (Veja infográfico)

## Oposição à titulação quilombola

A gestão de Jair Bolsonaro (PL) cumpriu as declarações feitas em 2018, pelo ainda candidato à presidência, de não conceder nenhum centímetro de terra para territórios quilombolas e indígenas. Ao longo dos quatro anos de gestão (2019-2020) a política quilombola ficou marcada pela reconfiguração administrativa, contínuo esvaziamento orçamentário, pastas sob comando de opositores à política de titulação e emissão de decretos de burocratização das etapas de regularização, como a Instrução Normativa 128/2022, publicada na véspera das eleições.

As ações adotadas pelo governo tiveram reflexo direto nos números totais das etapas de titulação quilombola, com forte queda do número em cada etapa. No último quadriênio 161 comunidades foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares, número distante do auge de 812 certificações pela primeira gestão de Lula.

O governo sob comando de Bolsonaro também responde pela emissão de apenas 6 títulos (todos parciais). O número de títulos emitidos durante o governo de Bolsonaro não foi menor apenas

porque todas as comunidades que tiveram seus territórios parcialmente titulados acionaram a justiça em razão da lentidão do Estado brasileiro em titular os territórios tradicionais. Foi o que aconteceu com a comunidade Paiol de Telha (PR).

Quilombola de Monte Alegre (PA)  
Foto: Terra de Direitos



## Engessamento orçamentário

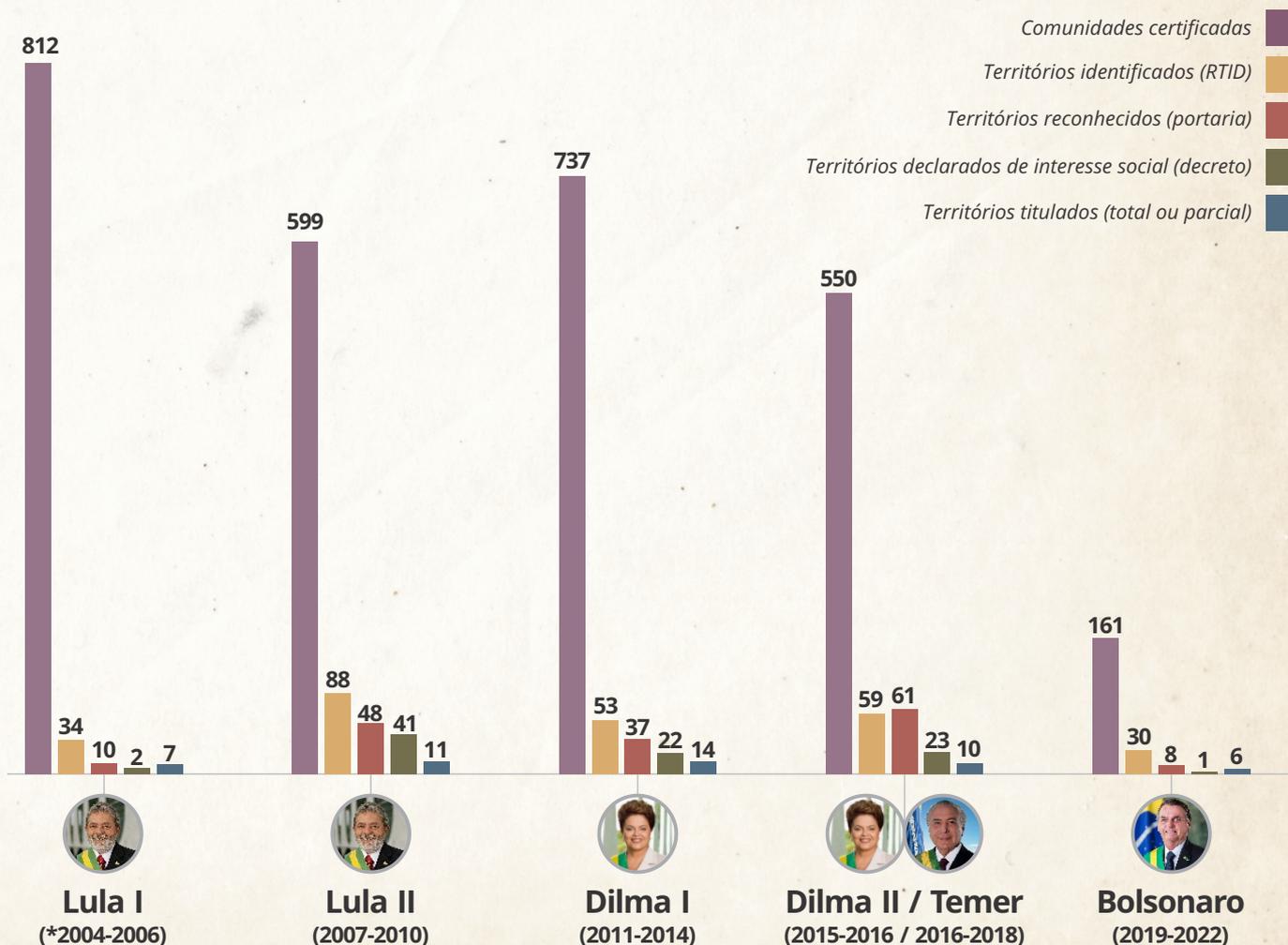
Na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2023 o orçamento previsto para o reconhecimento e indenização dos territórios quilombolas é da ordem de apenas R\$ 749 mil. O valor é distante do recurso previsto para mesma rubrica no orçamento executado em 2014, ano de maior valor registrado para a execução desta política pública.

De acordo com Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), 2014 totalizou R\$ 75,8 milhões de reais para aquisição de áreas privadas para fins de titulação quilombola. De acordo com levantamento realizado pela organização, o orçamento para titulação quilombola vem sofrendo uma queda acentuada desde 2015, com pior ano em 2022,

com R\$769,1 mil reais executados para a política.

Na avaliação da Conaq, o orçamento previsto para 2023, proposto ainda na gestão anterior, é forte obstáculo para avanço da política de regularização fundiária quilombola. Uma possibilidade para engordar a rubrica e manter-se dentro dos limites da regra do teto de gastos é o remanejamento de orçamento de outras pastas e conforme a necessidade de órgãos, como determina o Ministério do Orçamento e Planejamento. De acordo com o Ministério os recursos podem ser liberados por portarias, projetos de lei ou medidas provisórias. Emendas parlamentares podem ser também uma alternativa.

### Comparativo de conclusão de etapas de regularização fundiária - por gestões de governo (2004-2022)



\*O Decreto 4.887, que regulamenta o processo de titulação, é de novembro de 2003. As primeiras certificações com fundamento nesta regra começam a ser emitidas em 2004. Apenas após as certificações que processos administrativos são abertos. Assim, os dados de certificação iniciam em 2004 e de etapas do processo de regulação no Incra em 2005.

## Novo governo: expectativa e reivindicação

Durante o período de pouco mais de 120 dias, o novo governo adotou algumas medidas para a proteção territorial quilombola. Recriado no primeiro dia de governo, o Ministério da Igualdade Racial – pasta interministerial para a política de promoção da igualdade racial – conta com a Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos. Coordenada pelo quilombola e ex-membro da coordenação da Conaq, Ronaldo dos Santos, a secretaria tem a tarefa de “assistir e acompanhar as ações de regularização fundiária”.

A pauta da titulação também figura com destaque no Programa Aquilomba Brasil, lançado em 21 de março. Como aperfeiçoamento

do Programa Brasil Quilombola (2007), o novo Programa tem como um dos eixos estruturantes o acesso à terra e ao território pelas comunidades. Na ocasião a Presidência entregou os títulos parciais de três territórios quilombolas: Brejo dos Crioulos (MG), Serra da Guia e Lagoa dos Campinhos, ambas de Sergipe. Ou seja, em 120 dias de gestão o governo Lula tituló a metade dos títulos emitidos por Bolsonaro durante toda sua gestão.

Ainda que as ações sejam compreendidas como importantes acenos de compromisso federal com a política de regularização fundiária, as comunidades quilombolas e Conaq destacam a necessidade de aceleração dos processos.



Foto: Lizely Borges